

Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a *Linha-dura* (1964-9)

Tiago Cavalcante Guerra¹

Resumo:

Após o golpe de estado, em 1964, verificaram-se ocorrências de fortes tensões e pressões, oriundas das forças armadas. Restringindo-nos aos primeiros anos da ditadura, resumiremos alguns dos conflitos que surgiram nas duas correntes militares que tiveram destaque na época: a *Sorbonne* e a *Linha-dura*. Ambas constituíram nos principais grupos militares, mas aqui faremos uma análise da corrente conhecida como *Linha-dura* durante a ditadura militar no Brasil, destacando os primeiros anos do regime (1964-1969).

Palavras-chave: Ditadura militar; forças armadas; imprensa; *Linha-dura*.

The militaries in post-1964: a historical study on the Hard-line

Abstract:

After the coup d'état in 1964, there were occurrences of strong tensions and pressures coming from the armed forces. Restricting this analyse to the first years of institutionalisation of the regime, we will summarise some of the conflicts that arose in both military currents that stood out at the time: the Sorbonne and Line-hard. Both of them constituted the major military groups. On the face of it, we will analyse the trend known as Hard-line during the military dictatorship in Brazil, highlighting the first years of the regime (1964-1969).

Key words: military dictatorship; armed forces; press; Hard-line.

Introdução

No Brasil, considerando o período em que vigorou a ditadura militar, entre 1964 a 1985, a intervenção militar contou com diversos grupos conspiradores, entretanto, foram a *Linha-dura* e a *Sorbonne* os grupos que tomaram as rédeas desde o movimento conspiratório e atuaram como forças político-militares no período. Em torno desses

¹ Mestre, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: tiagoc.guerra@gmail.com.

espectros, muitos generais atuaram como força conjunta ou de contraponto. Entretanto, no pós-64 dois generais surgiram como líderes e em torno deles se agrupava a tropa: Artur da Costa e Silva e Humberto Castello Branco.

A relação entre os dois conspiradores passou por momentos de conturbação e tensão. Todavia, houve, também, momentos de sintonia. Castello Branco e Costa e Silva nunca foram inimigos declarados, apesar das inúmeras intrigas que envolviam os dois². Na verdade, enquanto principais referências do exército para a conspiração, ambos foram içados como líderes das correntes que se formaram no interior do exército no pós-64, polarizando-se entre, principalmente, a *Sorbonne* ou *castelistas*, por princípio, e *Linha-dura*, partidários de Costa e Silva, momentaneamente.

O objetivo deste artigo é caracterizar de maneira detalhada a corrente político-militar conhecida como *Linha-dura*. Utilizamos os escritos do general Jayme Portella de Melo, o principal assessor de Costa e Silva entre 1964 e 1969, no intitulado livro *A revolução e o Governo Costa e Silva*, como fontes primárias para este artigo. Utilizamos também outras fontes, como as colunas assinadas pelo jornalista Carlos Castello Branco, entre 1964 e 1969, e as notícias de jornais da época que, indiretamente, ressoaram a pauta de reivindicações da corrente, de maneira geral.

Pretendemos matizar o processo político de consolidação e maturação da *Linha-dura* e as suas demandas, restringindo-nos às notícias e artigos que refletiam as suas *bandeiras*.

Como procedimento metodológico, adotamos a análise imanente dos documentos, procurando esmiuçar as representações e tensões sociais em torno das memórias do general Jayme Portella e das notícias relacionadas à *Linha-dura*.

Segurança e desenvolvimento: formulações da ESG e a Sorbonne

A importação do modelo da escola francesa e da *National War College*, escola militar americana, foram as principais influências para a formação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1951. O primeiro diretor foi o general Cordeiro de Farias, responsável pelo anteprojeto da escola, em parceria com os militares americanos. Os cursos na ESG duravam em torno de nove meses e eram ministrados por civis e militares. A elaboração do Curso Superior de Guerra, além das diversas palestras proferidas no

² Para mais informações sobre essas intrigas, ver em Carlos Chagas (1985) e Lira Neto (2004), o primeiro, assessor de imprensa do governo Costa e Silva, e o outro, responsável por uma biografia de Castello Branco.

interior da escola, contribuiu na formulação do binômio *segurança e desenvolvimento*, que os militares estabeleceram como ação permanente durante os anos de ditadura. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais (ALVES, 1985, p. 35).

Essas formulações da Escola Superior de Guerra procuravam atender algumas indagações da elite dirigente do país no período, mas principalmente, de como combater a herança varguista com a elaboração de um projeto de nação. Em depoimento dado a Celso Castro e Maria Celina D'Araújo, o ex-presidente Ernesto Geisel afirmou que

a ESG procurou, e acredito que em boa parte conseguiu, conscientizar e mostrar a certos setores civis que, assim como os militares se preparam para a guerra, como profissionais de guerra, da luta em si, os civis tem também têm que se preocupar (D'ARAÚJO, 1997, p. 107).

Conforme Shigenoli Miyamoto (1988), o planejamento em torno da Segurança Nacional era o principal objeto de estudos produzidos pela ESG. Para alcançar os *Objetivos Nacionais* formulados, era necessário o fortalecimento da segurança interna, além do enrijecimento da capacitação das elites dirigentes e a geração de um plano de desenvolvimento para o capitalismo. Logo, para a formulação dos objetivos nacionais envolviam uma análise geopolítica que consolidava o Brasil como país estratégico para o desenvolvimento do capitalismo, ao lado do “Grande Irmão do norte”, os Estados Unidos.

A participação de civis e de militares na busca de um planejamento interno de desenvolvimento da máquina estatal, bem como da prática adequada a seu funcionamento, aliados à segurança interna – neste caso, o combate à subversão – consolidavam os objetivos da Escola Superior de Guerra, neste sentido a “estrutura interna da escola foi definida de forma coerente com os objetivos de elaboração e difusão da Doutrina, para torná-la hegemônica entre civis e militares.” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 41). Logo, “a escola preocupou-se com o aperfeiçoamento de métodos de ação e de decisão do aparelho estatal. Isso corresponderia a uma racionalização política, que teria por base a teoria e a realidade” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 42).

Uma das primeiras demonstrações de influência da ESG junto aos militares foi um documento denominado “Memorial dos coronéis”, escrito em janeiro de 1954 contra Getúlio Vargas, respaldado por diversos coronéis e tenentes-coronéis, tais como Jurandir Mamede, Ernesto Geisel,

Sílvio Frota, Jayme Portella e Golbery do Couto e Silva³. A ESG tem como objetivo principal, conforme seu primeiro diretor,

criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco das lutas, mas transformada em um fato total que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma “nação”. (...) os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra (CAMARGO, 1981, p. 413).

Além da decisiva participação militar, os civis, no entendimento da ESG, deveriam assumir o papel de técnicos e formuladores de política em que convergiam o binômio segurança e desenvolvimento. A Escola definiu estes dois conceitos que permearam a atividade governamental da ditadura no Brasil. Como afirma Maria Helena Moreira Alves, os dois componentes são associados no entendimento da ESG: não pode haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico (ALVES, 1985, p. 38).

Desse modo, os objetivos nacionais convergiam para o entendimento de que apenas as elites dirigentes seriam capazes de realizá-los. Conforme o Manual Básico,

cumprir às elites não só a tarefa nobre de interpretar os interesses e as aspirações do povo, para elevá-los ao nível de formulação dos Objetivos Nacionais, como a missão ainda mais importante, precisamente em razão de sua capacitação, difundir no povo os altos valores da convivência social e trabalhar com ele no sentido de aumentar sua participação consciente e a percepção de seus autênticos interesses e aspirações (In MIYAMOTO, 1988, p. 21).

A aproximação com as elites civis propiciou à ESG assumir um importante papel na preparação do golpe em 1964. O coronel da reserva Golbery do Couto e Silva, membro da ESG, foi o responsável pela organização de palestras e de seminários, em conjunto com o Instituto de Pensamento Econômico e Social (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), cooptando novos conspiradores e apoiadores. Nesse sentido, René Dreifuss (1980) indica que

os generais do Grupo Ipês/ESG constituíam também as ligações chave com outros grupos. O General Cordeiro de Farias, que se destacava como articulador político dos militares, tinha outras funções importantes dentro da estratégia geral deste grupo de oficiais. (...) Surgindo inesperadamente nas cidades mais

³ O *Memorial dos coronéis* ou o *Manifesto dos coronéis* foi um documento publicado em 1954, por militares que frequentavam a Escola Superior de Guerra, tendo como principais redatores os então coronéis Golbery do Couto e Silva, Jurandir Mamede e Ademar de Queiróz. Como impacto do documento, o então presidente Getúlio Vargas demitiu os ministros João Goulart e Espírito Santo Cardoso, dos ministérios do Trabalho e Exército, respectivamente. (D'ARAÚJO *et al.*, 1997)

diversas, graças ao grande apoio logístico que seu grupo recebia, e entrando em contato com as mais variadas facções conspiratórias, foi capaz de desviar a atenção do governo do movimento civil e militar do Grupo Ipês/ESG (DREIFUSS, 1981, pp. 369-70).

Esta associação entre civis e militares permitiu que o grupo IPES/ESG, no entendimento de Dreifuss, desenvolvesse no primeiro governo da ditadura as principais postulações provenientes da Escola Superior de Guerra. Neste sentido, o papel da elite no desenvolvimento dos objetivos se torna objetivo dos próprios militares:

não acarreta a diminuição do papel dos militares na definição daqueles objetivos; ao contrário, na sua posição estratégica no aparelho do estado, após 1964, os militares desenvolveram, como se fossem seus, os objetivos da burguesia (OLIVEIRA, 1976, p. 41).

Os militares foram os protagonistas durante os 21 anos de ditadura, reservando aos civis a linha auxiliar de apoio ao regime, conforme as necessidades de momento. Nas palavras de Florestan Fernandes, “A ditadura militar tem sido caracterizada por uma peculiaridade: pela ‘primeira vez’ os militares não resolveram apenas dilemas da crise de poder dos políticos e estratos privados civis. Tomaram-no para si.” (FERNANDES, 1997, p. 141).

A natureza autocrática e conservadora da Doutrina de Segurança Nacional, assim como as imposturas militares, traduzidas, principalmente, pela pressão da *Linha-dura*, deram o tom do regime. Desse modo, é fundamental compreendermos que as teorias *esguianas*, convertidas na Doutrina de Segurança Nacional, perpassaram todos os governos militares. Menos que divergências, ambos os grupos partilharam de um projeto comum, emanado na Escola Superior de Guerra, e que, conforme tensões e disputas, em maior e menor grau, a ideia de desenvolvimento econômico foi acompanhada a de segurança extremada, traduzida em repressão, tortura e assassinatos.

Deste modo, entendemos que os militares compartilhavam e comungavam desta visão erigida na Escola Superior de Guerra. No empenho de radicalizar ainda mais a “Redentora” é que se aglutina o um grupo de militares que ficaram conhecidos como “linha-dura”.

A *Linha-dura*: quem são?

Desde as suas possíveis raízes com o Integralismo, até o choque com os comunistas no interior do Clube Militar, a alcunha *linha-dura* vai surgir para diferenciar um grupo de militares insatisfeitos com a política

atenuante de Castello Branco, o primeiro ditador do regime inaugurado em abril de 1964.

Comumente, a origem da *Linha-dura* é atribuída aos jovens oficiais inconformados com a leniência do governo Castello Branco, assim como em relação à demora nas punições aos derrotados de 1964.

Em linhas gerais, a origem da “linha-dura”: capitães, maiores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção – emulados e também influenciando oficiais-generais –, ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos. (FICO, 2001, p. 39)

Essa alusão não deixa de ser correta, entretanto, é necessário responder a outras indagações sobre esta corrente militar, principalmente, com referência aos laços que ultrapassam os limites da caserna para incorporar políticos e generais numa mesma retórica: mais punição aos comunistas e aos corruptos. Conforme a *Linha-dura* se tornava importante instrumento para pressionar o governo, mas a sua *bandeira* restrita ganhou notoriedade e amplitude – de modo a polarizar as decisões do governo de Castello –, a ponto de influenciar definitivamente na escolha de Costa e Silva como sucessor à presidência.

Sob esse aspecto, no intuito de demarcar ainda mais as diferenças da *Linha-dura* em relação a *Sorbonne*, pretendemos esboçar a gênese da primeira corrente, apresentando as pautas que as diferenciavam.

Apesar dos estudos de Eliézer Oliveira apontarem que a *Linha-dura* seria um grupo surgido na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), não existe nenhum tipo de material político produzido, sequer uma produção intelectual consistente de seus principais expoentes militares – com exceção dos generais Portella, Albuquerque Lima e Sylvio Frota que publicaram memórias.

Numa anotação feita à margem em um diário e mostrada ao presidente Ernesto Geisel, Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel, identificou o chamado *Grupo dos onze* da *Linha-dura*: Syzeno Sarmiento, Jayme Portella, Ramiro Tavares Gonçalves, Henrique Assumpção Cardoso, Clovis Bandeira Brasil, Sylvio Frota, Affonso de Albuquerque Lima, Lauro Alves Pinto, César Montagna de Souza, Arthur Candal Fonseca e João Dutra de Castilho (GASPARI, 2003).

A primeira observação a ser feita em torno desses nomes é que nenhum dos militares normalmente associados à *Linha-dura* realizou, no mesmo período, ações ou práticas que pudessem destacá-los como um grupo coeso. Pelo contrário, os militares vistos como *linha-dura* não o assumiam por vontade própria, mas eram assim adjetivados por outros militares, o que, outra vez, difere-os da *Sorbonne*. Neste caso, aqueles que atribuíam ao outro a qualificação de *linha-dura* não o faziam por uma questão de respeito, mas de hostilidade, como o exemplo acima de Heitor

Aquino Ferreira, secretário de Geisel, inimigo político do General Jayme Portella.

Ernesto Geisel dirá que a Sorbonne era uma alcunha pejorativa de outros militares, para denotar os oficiais que frequentavam a Escola Superior de Guerra, fazendo assim referência à famosa universidade francesa (D'ARAÚJO, 1997). De outro lado, como surge a *Linha-dura*?

Em pesquisa anterior, definimos com maior profundidade o papel do General Jayme Portella, Chefe do Gabinete Militar do presidente Artur da Costa e Silva (1967-9), nos acontecimentos que levaram à consolidação da ditadura. Com base em seus escritos e na análise histórica dos processos, foi-nos possível demarcar a origem da *Linha-dura*. Dessa maneira, aprofundamos aspectos que colocaram Jayme Portella como pertencente à corrente, mas principalmente, seu papel relevante durante a ditadura de Costa e Silva (1967-9).

O então coronel Portella, nos antecedentes relacionados ao golpe de 1964, era diretamente ligado ao general Costa e Silva, no Departamento de Provisões Gerais. Alinhado à organização estritamente militar do golpe, um contraponto aos *castelistas*, Portella desenvolveu os contatos com os oficiais de média patente, que seriam chefes dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), instalados para cassar comunistas e subversivos em geral, sob a responsabilidade do Comando Supremo da Revolução no pós-1964.

O surgimento da *Linha-dura* está associado a uma divisão militar que se cristaliza no pós-golpe, por meio da qual os *exaltados*, que defendiam medidas ainda mais extremadas, além da permanência do Ato Institucional, AI, e os *moderados*, ligados principalmente à ESG, em associação aos políticos golpistas, que defendiam manter uma normalidade constitucional e uma transição rápida para um governo civil.

O governo Castello Branco, com o objetivo de construir acordos políticos com os vencedores de 1º de abril de 1964, delineou uma gestão que conciliasse os poderes, mantendo o funcionamento do legislativo e do judiciário ao lado do Executivo, estabelecendo os fundamentos para uma democracia tutelada pelos militares. Parte das Forças Armadas começa a questionar esta política de Castello Branco assim que ela mostrou as suas primeiras insuficiências, principalmente no cumprimento de uma *Operação Limpeza* mais radical, começando pelos IPM.

Os Inquéritos, comandados por militares, incomodavam a base política aliada ao golpe, inclusive o próprio Castello Branco, que passou a fazer uma rigorosa apuração nos processos iniciados, principalmente, em relação a Juscelino Kubitschek. Jayme Portella defende a tese de que esse vai ser um dos nascedouros da *Linha-dura*.

O presidente sentia-se inquieto porque os inquéritos policiais militares não eram concluídos, a despeito das recomendações já feitas. Mas os oficiais encarregados dos mesmos não podiam

concluí-los, pois havia muita coisa a apurar. (PORTELLA, 1979, p. 275)

Notamos que a defesa dos IPM por Portella não era coincidência, pois dizia respeito à convicção ideológica do general. Posteriormente, quando chefe de Gabinete Militar, o general comandou diversas cassações com base no AI-5. A *Operação Limpeza* era condição fundamental e permanente para o golpe

A aproximação com os oficiais dos IPM insinua também uma ação programática. Portella, com base nessa hipótese, cuidou com zelo da organização da candidatura de Costa e Silva, no esteio do desgaste de Castello Branco junto aos militares, inclusive, relacionando-se com os oficiais da *Linha-dura*.

Os trabalhos pela candidatura do general Costa e Silva iam processando entre os parlamentares, classes empresariais, clero e dentro das Forças Armadas. Nestas, trabalhava-se com muita habilidade, porque havia um pequeno grupo que ficou conhecido como “linha-dura”, muito atuante, que precisava ser tratado com cuidado. Não que ele tivesse expressão de força, mas era constituído de Oficiais Revolucionários autênticos e que recebiam inspiração do governador Lacerda. (PORTELLA, 1979, p. 273)

Essa opinião do militar é dúbia, pois, se a *Linha-dura* não consistia em movimento de expressão, por que então procurar seus membros? Havia muitas motivações, e uma delas era afastar outro espectro muito comumente associado a essa corrente: Carlos Lacerda. Governador do estado da Guanabara e apoiador de primeira hora do golpe, Lacerda tinha alguma influência entre os coronéis mais radicais.

Em outubro de 1965, Castello Branco, por pouco, não foi derrubado. Segundo Portella,

A agitação no meio militar teve certas proporções, principalmente, nos estados onde a Revolução perdeu as eleições. O Sr. Carlos Lacerda ainda tentou tirar proveito dos acontecimentos, mas o Ministro Costa e Silva liderava, de fato, e a crise foi serenada. Os oficiais partidários do Sr. Carlos Lacerda não encontraram apoio nas unidades, que só obedeciam às ordens do Ministro da Guerra. (PORTELLA, 1979, p. 280)

O grupo de Costa e Silva procurava encobrir a candidatura do ministro da Guerra dos *castellistas*, segundo o próprio Portella. Sendo assim, a revolta militar apenas ajudou Costa e Silva a frear as inserções de Lacerda junto aos oficiais da *Linha-dura*, concretizando, assim, a liderança de Costa e Silva. Para Portella,

A impressão mais sensata era de que o Ministro havia conseguido arrefecer a situação, mantendo a sua liderança, a despeito de alguns descontentamentos. Ele declarou-me que não estava para fazer a jogada do Sr. Carlos Lacerda, que

desejava afastá-lo do Presidente Castello e se aproveitar com vistas à sucessão presidencial. (PORTELLA, 1979, p. 279)

Tendo em vista essas verificações, convém destacar também a ligação da *Linha-dura* com Carlos Lacerda, mencionada por Portella como inspirador do grupo. No episódio das eleições dos governadores em outubro de 1965, Lacerda alimentava sua permanência, primeiro a favor da prorrogação do mandato, segundo contra a candidatura *peessedista* de Negrão de Lima. O governador carioca se aproximou da *Linha-dura* como meio de se contrapor ao poder de Castello Branco, tentando se assegurar como líder civil do golpe e candidato à sucessão (PORTELLA, 1979).

Se não há menções diretas de Portella à *Linha-dura* que pudessem indicar a sua autoidentificação, nos estudos sobre as suas memórias, não faltaram elementos que clarificam o posicionamento convergente do general em relação às principais reivindicações da corrente, como as cassações e a não realização das eleições, em outubro de 1965.

Entre as passagens de seu livro, o general Portella relata a ida do coronel Andrade Serpa, responsável por IPM, a Brasília. Entre outros elementos, Andrade Serpa demonstrava inconformismo com as eleições de outubro de 1965, defendia a preservação da posição de Carlos Lacerda e indicava a necessidade de uma “limpeza” no Congresso e no Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme Portella,

O Coronel Serpa não falava sozinho, ele refletia o que pensavam vários companheiros de Revolução, todos idealistas e que não queriam ver baldados os esforços empenhados na vitória do patriótico movimento. Ele podia representar bem os seus companheiros, pelo seu passado revolucionário, dos mais nobres. (PORTELLA, 1979, p. 286)

A convergência política entre Portella e os militares da *Linha-dura* frutificou com o passar dos anos de 1966 e 1967. Nesse período, houve a compreensão de que a candidatura de Costa e Silva era a única a manter a coesão militar, assim como da fragilidade do governo Castello Branco, que perdera espaço nos quartéis. Para João Roberto Martins Filho, “sem bases militantes nos quartéis, embora com forte apoio num Parlamento que, então, nada contava ao presidente, não pareciam restar muitas alternativas.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 75)

Se não era explícita a adesão de Portella à *Linha-dura*, o militar fazia questão de se manter informado sobre os ânimos das diversas guarnições. Como membro do governo Castello, ocupando comissão no Ministério da Guerra, as ligações de Portella com os quartéis comprovam a atividade política do general, que transmitia a Castello e, também, a Costa e Silva, as pressões militares:

Recebera um telefonema do General Dutra Castilho, Comandante da Divisão de paraquedistas, dizendo que os companheiros estavam aflitos, porquanto, as medidas pedidas

ao Congresso não saíam e que eu fizesse sentir ao Palácio do Planalto que a paciência estava se esgotando. (PORTELLA, 1979, p. 287)

O componente fundamental para pensarmos a relação entre Portella e a *Linha-dura* baseia-se em uma consideração concreta: fazendo a mediação entre a caserna e Brasília, no vácuo de insatisfação militar com o governo Castello Branco, Portella contribui para alavancar a candidatura de Costa e Silva.

Por fim, com a confirmação de Costa e Silva pelo remendado congresso, condição imposta por Castello Branco para dar um verniz de legalidade ao processo, a relação entre Portella e a *Linha-dura* se estremece. Como chefe do Gabinete Militar e principal assessor militar de Costa e Silva, Portella ordena seguidas transferências entre oficiais, combatendo o foco de pressão que os *duristas* representavam para qualquer governo, conforme fica exposto na notícia abaixo extraída do *Jornal do Brasil*, sob o título “Linha-dura quer preservar o regime e a constituição”.

Elogiam a conduta pessoal do presidente Costa e Silva, mas deploram a ação de alguns dos seus assessores, aos quais responsabilizam pela falta de unidade no comando do governo (...). Não se mostram magoados com algumas transferências de seus companheiros, pelas quais responsabilizam diretamente o chefe da Casa Militar, general Jaime Portella. (JORNAL DO BRASIL, 7 mar. 1968, p. 4)

Portella sabia que era necessário limitar a ação da *Linha-dura* para impedir que outro general fizesse o que Costa e Silva havia feito com Castello Branco: imposição e enquadramento. Tal fato permitiu o surgimento de outras lideranças que canalizariam as aspirações da *Linha-dura*.

Em vista de nossa análise, essas lideranças não apenas tiveram papel decisivo em alguns acontecimentos da ditadura, como foram, insistentemente, vistos como membros da *Linha-dura*, por estabelecerem uma relação com o espírito dos quartéis, encarnado pelo *durismo* com objetivos políticos próprios, como foi o caso de Jayme Portella.

Nesse sentido, o general Syzeno Sarmiento foi, durante o governo Costa e Silva, comandante da Primeira Região Militar, sediada no Rio de Janeiro que, entre os anos de 1967 a 1969, foi o foco de tensão na caserna, e o seu comandante, o principal incentivador. Durante o ano de 1968, a I Região foi a responsável pela violência cometida contra os estudantes no Rio de Janeiro, sendo que o mais grave foi o episódio do “campo de concentração” em que se tornou o clube Botafogo, após um ato estudantil (VENTURA, 1988).

Às vésperas do AI-5, o general Syzeno Sarmento pressionou Costa e Silva para que tomasse medidas violentas contra Márcio Moreira Alves, e, na noite da votação do AI-5, 12 de dezembro de 1968, rondou ostensivamente o presidente, exigindo dele ações urgentes (CHAGAS, 1985). Quando do afastamento de Costa e Silva em decorrência de trombose, Sarmento foi um dos militares que mais pressionaram a Junta Militar (Augusto Rademaker, Márcio de Souza Mello e Augusto Lyra Tavares) por uma solução, inclusive, censurando alguns boletins médicos que davam conta da gradual melhora de Costa e Silva.

Sylvio Frota foi outro militar associado à *Linha-dura*. Chefe de Gabinete do Ministério do Exército, em 1968, comandado por Lyra Tavares, durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel, tornou-se Ministro do Exército, passando a ser o centro das atenções militares – e dos anseios da *Linha-dura* – por sua condição de chefe do Exército. Porém, após a demissão de Ednardo D’Ávila do comando da II Região Militar em São Paulo, por conta dos “suicídios” de Manoel Fiel Filho e Vladimir Herzog, o Ministro Frota sofreu, nas suas palavras, “uma ação deliberada de propaganda negativa”, sendo acusado de ser o grande freio da política de *Distensão democrática*, comandada por Golbery do Couto e Silva e pelo presidente Ernesto Geisel, segundo Gaspari (2004) e Frota (2005).

Em 12 de outubro de 1976, o general Frota foi demitido por Geisel. Alguns autores se referem àquela crise como a tensão militar decisiva para o processo de redemocratização⁴.

Por último, outro militar que catalisou o espírito da chamada *Linha-dura* foi o general Affonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior do governo Costa e Silva, entre 1967 e 1969. Antes de ser ministro, Albuquerque Lima esteve envolvido num embate pelo comando do Clube Militar, perdendo as eleições para o general Moniz Aragão.

O Clube Militar⁵ foi, entre 1964 e 1969, o local onde mais se manifestavam as tensões militares de ambos os grupos. Convidado por

⁴ Um desses autores é o historiador Boris Fausto. Analisando, sob a perspectiva da liberalização comandada por Geisel, o cientista afirma que a indicação de Figueiredo como sucessor do presidente foi a vitória expressiva no interior das forças armadas. “A indicação do general Figueiredo passara por uma séria prova de força, pois o ministro Sylvio Frota lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta voz da *Linha-dura*. Frota abriu a campanha eleitoral em maio de 1977, antes do calendário eleitoral previsto por Geisel, e começou a atacar o governo acusando-o de ser complacente com os subversivos. O presidente demitiu Frota do Ministério e cortou sua escalada.” (FAUSTO, 1996, p. 500)

⁵ Criado em 26 de junho de 1887, tendo importância no movimento de proclamação da República, o Clube Militar durante o governo Getúlio Vargas teve participação decisiva no debate sobre a Questão do Petróleo. Durante a década de 50, as duas correntes se embateram pela presidência por diversas vezes, tendo em Estilac Leal o expoente da corrente nacionalista, e por parte da Cruzada Democrática, os generais Nelson Mello e Alcides Etchegoyen. A Cruzada Democrática dominou todas as eleições, até a vitória do

Costa e Silva a assumir o Ministério, Albuquerque Lima encontrou uma estrutura dotada de grande orçamento, além de profundas ligação e influência nas políticas regionais.

Embora fosse alçado como o principal líder da *Linha-dura* para a sucessão de Costa e Silva, Albuquerque Lima se afastou do governo por não obter do presidente a mudança da qualificação *civil* para *militar* de seu Ministério, que o ajudaria na promoção a *general de quatro estrelas*, potencializando-se como candidato à sucessão (CHAGAS, 1985). Ao não obter a promoção e o sonhado comando militar pleno, faz opção de voltar para o Exército e aguardar um novo destino, tornando-se crítico ao governo.

Após a morte de Costa e Silva, em setembro de 1969, Albuquerque Lima arregimenta grande apoio dos oficiais de baixa patente das três Forças Armadas, com destaque para a Marinha, tornando-se um forte candidato na disputa sucessória (CHAGAS, 1985). A “eleição” de Médici põe fim aos planos de Albuquerque Lima. No “concílio” dos generais do Exército, que escolheram como ditador o chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), de Costa e Silva, Albuquerque Lima teve o nome preterido por ter se incompatibilizado com o presidente falecido, além de não possuir as *quatro estrelas*.

Pesquisando de acordo com? os livros e os pronunciamentos desses três militares, a aproximação aos posicionamentos e à atividade política do general Portella é visível. Nestas balizas comuns, expressa-se a base ideológica que sustentou a conduta desses generais. Para fins de ilustração, Frota, em seu livro, *Ideários traídos*, traz uma abordagem sobre o imbróglio que o colocou contra Geisel e Golbery, ao identificar os movimentos de oposição consentida no interior da política de distensão do executivo, como uma adesão de Golbery aos movimentos de esquerda, tendo, por exemplo, a repercussão do caso Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, ocasião em que foi contrário à demissão do general Ednardo D'Ávila. Segundo Frota, o governo Geisel era leniente com os esquerdistas.

A complacência criminoso com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos governamentais, os quais acolhem, no momento, nos escalões de assessoramento e de direção, noventa e sete comunistas, conforme comuniquei ao Serviço Nacional de Informação, marxistas que permanecem intocáveis, em suas atividades desagregadoras. (FROTA, 2006, p. 548)

general Segadas Vianna. Já em 1962, em plena conspiração contra João Goulart, o Clube Militar, sob a presidência do Marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira, passou a ser instrumento de desestabilização do governo. Ainda em 1963, o Clube passou a exigir de seus sócios atestado de ideologia, visando impedir a ação de comunistas.

Por outro lado, Syzeno Sarmento, durante a crise de sucessão de Costa e Silva e o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick pela Ação Popular, AP, e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)⁶, assumiu como porta-voz das correntes mais radicais, opondo-se à troca dos presos políticos exigida pelos sequestradores, defendendo a execução sumária de todos os militantes presos e o ataque desordenado ao cativeiro, logo identificado pelos agentes do Centro de Investigação da Marinha, Cenimar. No caso da sucessão de Costa e Silva, Sarmento defendeu o rápido impedimento, fazendo uso das mesmas armas dos militares para esmigalhar as resistências ao regime: a coerção e a espionagem. Como porta-voz do *endurecimento*, Sarmento foi mantido por Emilio Médici no comando da I Região. Segundo Portella,

Alguns generais, entre os quais Augusto Moniz Aragão, Syzeno Sarmento e Affonso Albuquerque Lima, que não haviam ficado satisfeitos com a decisão do Alto Comando das Forças Armadas, designando os Ministros Militares para responderem pelo presidente enfermo, pois se arrogavam no direito de terem sido consultados “a priori”, como se fossem os mais revolucionários entre todos os que participaram do Movimento de 31 de Março, passaram a fazer sentir ao Ministro Lyra Tavares o seu inconformismo. Davam guarida aos boatos que eram veiculados sobre a enfermidade do Presidente; diziam que o seu estado era gravíssimo e que não tinha mais condições de retornar ao cargo; que estava à morte. (PORTELLA, 1979, p.850)

Em prosseguimento, o general Albuquerque Lima foi o que melhor consolidou suas ideias. Defendia uma política de integração nacional, vislumbrando a ocupação da Amazônia, como arma estratégica à garantia das fronteiras e à Segurança Nacional. Instigou o lançamento do Plano Rondon, com a participação do Ministério da Educação, incentivando o envolvimento de universitários nas áreas de fronteira da Amazônia. Seu pensamento tinha um forte componente nacionalista, como apontado por Héliog Trindade (1994), pois, quando do lançamento da candidatura do general à sucessão de Costa e Silva:

A dinâmica da candidatura Albuquerque Lima ocupa o espaço, até então vazio, do nacionalismo exacerbado pela ameaça da desnacionalização da Amazônia. A ação do Ministro do Interior em defesa da região amazônica, estimulando, inclusive através do Projeto Rondon, a interiorização de estudantes junto às

⁶ Em 4 de setembro de 1969, militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), lançaram-se numa ousada ação de sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em troca de 40 presos políticos, nos porões da ditadura. Logo localizado o cativeiro, com a ausência do presidente (que estava doente) e as pressões dos americanos para que nada acontecesse ao embaixador, a Junta Militar viu-se obrigada a negociar e soltar os presos solicitados pelos militantes, além de ler o manifesto nos canais de televisão e rádio. Ocorreram outros sequestros em troca de militantes, mas nenhum com a mesma relevância desse.

populações periféricas carentes, respondia também às preocupações da jovem oficialidade. (D'ARAÚJO *et al.*, 1994, p. 138)

Nesse sentido, a associação de Albuquerque Lima com a *Linha-dura* gera mais dúvidas do que certezas, pois a questão da Segurança Nacional para a corrente não se balizava pelas discussões em torno da ocupação ou não da região amazônica. Esse componente de seu pensamento foi resultado de sua atividade como ministro. Albuquerque Lima, ao saber do veto a sua candidatura pelo Alto Comando do Exército, devido a sua condição de general *três estrelas*, assim como à incompatibilidade que teve com Costa e Silva, respondeu ao ministro do Exército, em carta, expondo as ideias dos oficiais que pleitearam a sua candidatura.

Essas manifestações havidas nas guarnições militares em torno do meu nome jamais se originaram por iniciativa minha. São oriundas do sentimento de puro idealismo de nossos oficiais – jovens e mais idosos – em torno das ideias revolucionárias que sempre difundiram, em termos de realizações e programas de um governo sem corrupção e contra a corrupção. Desejo reafirmar minha posição dentro da revolução que, a meu ver, ainda não se realizou, pelo simples fato de que não fez o que poderia ter sido feito em benefício do povo brasileiro, dentro dos princípios de um nacionalismo puro e sensato. (Apud PORTELLA, 1979, p. 889)

Nesta carta, Albuquerque Lima expõe elementos comuns que se associam à *Linha-dura*. O puritanismo revolucionário de contraponto à prática governamental de momento, marcada pela corrupção. A tônica de vincular à adoção de uma linha militar radical, com o objetivo de realizar novos inquéritos e proceder novas “limpezas”, o afastamento dos políticos da estrutura de poder, mas não o seu total isolamento, o combate intermitente à subversão, a defesa de uma condução nacionalista da economia, em contraposição ao que consideravam falhas nas políticas econômicas, tanto do governo de Castello quanto no de Costa e Silva.

Em relação a Portella, podemos indicar algumas diferenças dele com os demais. Portella foi o Ministro de Gabinete Militar e principal assessor de um presidente da República, diferente dos três outros generais (Sarmiento, Frota e Albuquerque Lima), que tiveram atuação ambígua conforme as situações políticas que os colocavam como a “bola da vez”.

Não podemos afirmar com convicção que todos dividiam uma mesma visão sobre o que seria uma política mais adequada para o Brasil, e, neste caso, a ação mais apropriada em torno de um objetivo comum, o que, no caso da *Sorbonne*, principalmente a partir de Geisel e Golbery, é facilmente observável. Ainda que os quatro generais se colocassem contra o *castellismo*, Albuquerque Lima e Sarmiento foram os mais interessados na resolução da sucessão de Costa e Silva, opondo-se a Portella, que

desejava manter o Presidente, nomeando um vice-presidente militar (CHAGAS, 1985).

Cada um a sua maneira, Sarmento, Frota e Albuquerque Lima indispueram-se com o governo de ocasião por ambicionarem o cargo de presidente militar, algo que não podemos atribuir a Portella, a não ser nas indicações de alguns estudiosos⁷. Esperavam contar com a força da tropa para impor essa condição, assim como Costa e Silva, com o apoio e a organização de Portella, fizera contra Castello Branco.

O *durismo* desses generais, assim como o do próprio Portella, confunde-se com a indisposição deles com o *Ditador de turno*, alcunha dada por João Roberto Martins (2002). Destarte, é compreensível que todos os generais não se assumissem como *Linha-dura*, mas, pelo contrário, no caso de Portella, havia uma perseguição sistemática aos remanescentes *duristas* no governo Costa e Silva.

Seria possível, dessa forma, pensar uma gênese histórica dessa corrente militar. Quais objetivos e qual dinâmica permitem aventarmos o surgimento da *Linha-dura* como um organismo político no interior das Forças Armadas? E na reconstrução de sua gênese histórica, como estabelecer os nexos entre seu projeto político e sua própria base ideológica?

Vestígios da *Linha-dura* na crônica política

Restringimos a análise dessas notícias ao ano de 1964 à crise de outubro de 1965, devido às especificidades do período. Nesse momento, a direção política da ditadura, de maioria da *Sorbonne*, ainda vislumbrava o retorno à normalidade jurídica, prevendo as eleições diretas para presidente da República. Esse período é o momento de cristalização da ação desses militares mais duros, inconformados com a “fraqueza” de Castello Branco. Dessa forma, os militares *linha-dura* se aproximam a diversos políticos, como Carlos Lacerda, e, por fim, consolidam o nome de Costa e Silva como líder da corrente, mais pelo cargo que ele ocupava (ministro da Guerra) do que, realmente, pelo vínculo ideológico.

Em vista desse contexto, entra em cena Carlos Castello Branco, com sua coluna no *Jornal do Brasil*, sendo o primeiro analista a informar o

⁷ Segundo Martins Filho, os militares suspeitavam de que Portella pudesse pleitear a sucessão de Costa e Silva devido a sua íntima relação com o presidente: “(...) a hierarquia militar cuidou de fazer chegar ao Palácio que os oficiais-generais não aceitariam a pretensão de alguns coronéis à chefia do regime militar. Há indícios, por outro lado, de que a hierarquia acompanhava com atenção os movimentos do chefe da Casa Militar, general Jayme Portella, que acirrou suspeitas antigas, não apenas com sua promoção a general de divisão, em fins de julho de 1969, mas em virtude das homenagens que lhe prestou na ocasião o presidente Costa e Silva.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 171) Em nenhum momento, porém, Portella menciona a possibilidade de candidatar-se a sucessão.

nascimento da *Linha-dura*, bem como sua relação com os meios político e militar. O jornalista foi colunista do *Jornal do Brasil* na época do golpe e, como integrante da imprensa carioca conservadora, foi um articulista simpático à ditadura. Entretanto, em seu trabalho de escrever e analisar os bastidores político-militares dos governos, conseguiu a proeza de expor as contradições dos militares e dos políticos golpistas sem ser censurado. Agindo criticamente, a sua coluna – *Coluna do Castello* – é uma importante fonte de estudos sobre as tendências que se avolumavam no núcleo golpista, bem como suas reações, neste caso, com relação ao surgimento da *Linha-dura*. Conforme o autor, a corrente *radical* é oposta à *moderada* que se forma no Congresso, já que

(...) abrangeria não somente militares como civis (...) deveria assim constituir-se numa facção hermética, infensa a adesões e convocando, como sua justificativa, o purismo revolucionário que se afirmaria na prática radical do expurgo (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 45).

Em 6 de abril de 1964, Carlos Castello Branco já anunciava, em sua coluna, o surgimento de uma corrente mais radical no interior da disputa entre os golpistas, sendo que os *moderados* se sobrepunham em relação aos *radicais*.

Parece estar se impondo sobre a corrente revolucionária exaltada a corrente moderada, que entende e proclama que a revolução foi feita contra o comunismo, não contra o Congresso e as liberdades públicas. E esta, de resto a tendência normal dos movimentos vitoriosos que, cumprida sua missão, procuram acomodar-se à ordem. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 8)

É interessante percebermos as bases que diferenciavam os dois grupos. *Castelinho*⁸ expressava-as desta forma: um grupo *moderado*, que prezava pelas liberdades públicas, e os *radicais*, pela defesa dos expurgos. Todavia, ambos se colocavam como anticomunistas. Apesar de seus primeiros passos, os militares acomodaram as necessidades de se fazer a *Operação Limpeza*, livrando o Legislativo de cumprir o papel inglório de eliminar a presença de comunistas ou supostos comunistas entre os seus. Paula Beiguelman (1994) explica que as cassações faziam parte do conjunto de ações promovidas pelos militares vencedores, no intuito de fermentar o discurso de que tudo continuaria “normal”. Seria, desse modo, importante manter um regime embalado de uma falsa *institucionalidade*, enquanto os expurgos e as cassações fossem promovidos. Assim, essas ações não só atingiram a Casa Legislativa, mas os diversos poderes constituintes do aparato estatal, além da própria sociedade, principalmente, os trabalhadores.

⁸ A fim de facilitar as diferenças entre o jornalista (Carlos Castello Branco) e o ditador (Humberto de Alencar Castello Branco), usaremos o simpático apelido do analista político: *Castelinho*.

Em 20 de maio de 1964, novamente, é noticiado o papel de uma corrente radical no interior do movimento golpista vitorioso, mas, desta vez, há nomeação dos líderes de cada facção, chamando a atenção para o caso da corrente *radical*, cujo porta-voz não está no Congresso, mas no Ministério da Guerra. Essa ocasião talvez seja o primeiro uso público da alcunha *linha-dura*:

Acentuam-se as divergências entre os dois partidos ou as duas correntes da Revolução. Enquanto o Sr. Amaral Neto assume, no Ministério da Guerra, o compromisso de defender a “linha-dura”, o Sr. Pedro Aleixo, comentando novamente rumores de que seria pedido o estado de sítio, declarava que tal não acontecera sem fato novo, pois todo o empenho do governo está no restabelecimento do processo legal. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 47)

Em embates com “esquerdistas” em vários estados, além da divulgação de muitos casos de tortura, dizia-se entre as hostes militares que o governo estava muito brando. Desse modo, podemos inferir que a *Linha-dura* começa a procurar por um espaço de ação e voz. O Ministério da Guerra assume esse papel de dar voz aos radicais, Jayme Portella então, como chefe de gabinete de Costa e Silva, assume essa ligação entre governo e os quartéis.

Com o fim dos expurgos, em junho de 1964, aparece a menção da diferença entre uma *linha branda* e uma *linha dura*. A necessidade de mais e mais punições define o marco da polarização nas Forças Armadas. Em perspectiva desses acontecimentos, Carlos Castello Branco, em maio de 1964, afirma que:

O agravamento do estado de crise entre os partidários da “linha dura” e os da linha branda, para este final do prazo de expurgo, era perfeitamente previsível, importando saber apenas em que medida ela afetará a restauração da ordem jurídica e a consolidação do Poder Civil. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68)

O cronista adianta-se na análise e indica o desdobramento da força de Castello Branco junto aos partidários do governo, expondo, dessa forma, a aliança do presidente com os setores da ESG.

Ganha sentido o rumor, acolhido por fontes altamente situadas, de que o marechal Castello Branco ou controlará as tendências radicais da Revolução, de maneira a conduzir o governo dentro da linha do seu pensamento, que coincide com a dos seus antigos assessores da Escola Superior de Guerra, ou iria até a renúncia. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68)

A segunda hipótese é descartada por *Castelinho*, mas sem se utilizar de sua contumaz análise política, aponta uma possível fragilidade do então presidente Castello Branco, pois “trata-se evidentemente de uma hipótese remota, mas a alusão a ela indicaria a firmeza com que o presidente enfrenta a atual conjuntura” (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68),

A *Linha-dura* fez, no Ministério da Guerra, a defesa pela continuidade dos IPM, desse modo, as diferenças entre Castello Branco e Costa e Silva começam a aparecer. Neste sentido, segundo Carlos Fico,

o general Estevão Taurino de Resende Neto – que fora nomeado pela Portaria n 1 do Comando Supremo da Revolução como encarregado pelos IPM – pediu ao presidente da República que prorrogasse o prazo para as cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, mas Castello Branco não o atendeu, enchendo de revolta os “coronéis dos IPM” (FICO, 2001, p. 43).

O fim das cassações se daria em 15 de junho de 1964. *Castelinho* vai expor o descontentamento da *Linha-dura* dois dias depois:

A política de repressão, que contrariou obviamente os setores atingidos e emocionou a opinião pública, não atendeu também aos interesses e às reivindicações dos que a preconizavam como indispensável ao êxito do movimento revolucionário. Os radicais ou partidários da “linha-dura” são hoje pessoas frustradas e descontentes com o Governo. Em cada estado, do Rio Grande do Sul ao Acre, há queixas: faltou fulano, faltou sicrano, faltou beltrano. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 78)

Por não ser a primeira vez em que o jornalista distinguia a corrente *radical* do Exército, utiliza as aspas para assinalar o grupo como “linha-dura”, o que talvez indique que a fração militar já se tornava uma corrente orgânica, inclusive contando com partidários. Por outro lado, as *bandeiras* defendidas pela *Linha-dura* ficaram limitadas aos queixumes de nomes que não foram indiciados nos IPM, tendo claramente outra reivindicação a ser defendida, enquanto crítica ao governo. Adiante, *Castelinho* faz uma observação sobre a origem dessas queixas, verificando o caráter político das reivindicações *duristas*:

(...) essas queixas vêm principalmente dos udenistas de Goiás, do Maranhão e do Rio Grande do Norte, cujos respectivos Governadores, com dossiês que teriam sido “aprovados” pela Comissão Geral de investigações, foram salvos da degola pela moderação com que o Presidente Castello Branco usou dos poderes que lhe atribuiu o Ato Institucional (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 78).

Além do aparente oportunismo, com que patrocinava a ação de muitos Inquéritos pelos estados afora, sendo usados, inclusive, pelos golpistas para derrubar adversários políticos, a moderação do presidente Castello Branco, segundo *Castelinho*, teria sido a responsável pelo impedimento de mais cassações.

Conforme Beiguelman (1994), a “moderação” da ditadura nesse momento teria uma razão simples: a permanente busca de uma *institucionalidade* jurídica que contemplasse o *status quo*, intenção premente para a *Sorbonne*.

Em agosto de 1964, o presidente cassado João Goulart lança um manifesto. Esse documento é lido no Congresso, e, novamente, acirra-se a pressão da *Linha-dura* para uma resposta ao ex-Presidente, determinando, dessa maneira, um aspecto da corrente que, até então, não fora exposto pela crônica da época:

Nos círculos militares da chamada “linha-dura”, que se agrupam cada vez mais sob a liderança do jovem general Moniz de Aragão, presidente do Clube Militar, o manifesto do ex-Presidente da República é analisado como uma peça de extrema gravidade, capaz de justificar por si só a reabilitação das medidas mais agressivas do Ato Institucional, que deveria, no entender deles, ser restaurado na plenitude e sem prazos. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 116)

Percebemos, assim, a alusão a uma possível liderança da *Linha-dura* nos primeiros idos da ditadura, a do general Moniz Aragão, além do que seria o seu berço, o Clube Militar. Moniz Aragão, vencedor das eleições da presidência da agremiação, após o impedimento da candidatura de Albuquerque Lima, naturalmente, tornar-se-ia o porta voz do Clube Militar, em outras palavras, a *linha de frente* das reivindicações desses militares. O Clube reunia oficiais jovens – coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães, em sua maioria – e era o local onde se aglutinavam as tensões militares pela restauração do Ato Institucional, ainda que não fosse o único espaço que demandava esta medida, e nem o foi sempre, mas naquele momento, pela aproximação de tantos oficiais que foram também chefes dos IPM, representava as vozes descontentes da caserna, nos primeiros meses do governo ditatorial de Castello.

O general Augusto Moniz Aragão sempre foi associado à imagem dos *castellistas* (foi chefe de Gabinete de Castello Branco, quando esse era chefe do Estado-Maior do Exército, em 1964), inclusive, tornando-se inimigo ferrenho do governo Costa e Silva, acusando este de corrupção (CHAGAS, 1985).

Castelinho também deixou registrada sua opinião sobre o que representava o manifesto de João Goulart, na tentativa do governo Castello Branco de recuperar o poder civil, reafirmando tratar-se de uma situação transitória, indicando um caminho para a normalidade democrática:

O Sr. João Goulart terá, de certo modo, atingido seus objetivos, ao provocar um agravamento das tensões internas e o revigoramento de certas contradições no movimento vitorioso que o Governo instituído vinha contornando e disciplinando ao sabor das suas inspirações legalistas e democráticas. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 116)

Segundo o cronista do *Jornal do Brasil*, João Goulart teria reavivado as pressões da *Linha-dura*. No dia 28 de agosto de 1964,

Castelinho comentara a resposta do ministro da Guerra ao manifesto, tomando a dianteira na reivindicação militar ao governo Castello Branco, ao mesmo tempo em que respondia à *Linha-dura*, vista pelo jornalista como força política de contrafluxo às intenções do ditador Castello Branco:

A manifestação do ministro da Guerra, cuja tônica efetiva é a solidariedade com os sentimentos da oficialidade militar, deixou evidente, na interpretação que teve em Brasília, o propósito de prestigiar o Presidente Castello Branco na sua política de restaurar, tão cedo quanto possível, a normalidade institucional. Seria, portanto, em que pesem as aparências, um documento de contenção da “linha-dura” e de reafirmação da prevalência da orientação dominante no Governo. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 117)

Nesse período, a crise suscitada com o manifesto de João Goulart foi percebida pelo cronista como superada. Em 13 de setembro de 1964, o jornalista escreveria em sua coluna que a *Linha-dura* deixava de ser um problema político, mas, ainda, era mantida como um estado de ânimo residual, ao sabor das tensões regionais.

É verdade que nem tudo está feito, mas o fato é que a “linha-dura” já não é, hoje, um problema político, mas um estado de espírito remanescente que cria problemas residuais, de maior ou menor gravidade, conforme o ponto geográfico, e certamente mais acentuado na latitude norte. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 123)

Para a surpresa de *Castelinho*, a *Linha-dura* provou ser muito mais dinâmica do que apenas uma reação imediata às forças do pré-64 ou à “fraqueza” de Castello Branco. A partir de 1965, as reivindicações *duristas* só cresciam, assim como o estabelecimento de duas lideranças: “Em Carlos Lacerda, admiravam a retórica retumbante e as atitudes audaciosas; em Costa e Silva, enxergavam não apenas o chefe militar de maior antiguidade, mas também o líder que logo iniciou o processo de punições.” (FICO, 2001, p. 39)

Nas crônicas de Carlos Castello Branco, um político começa a se sobrepôr como porta-voz da *Linha-dura*: o deputado Costa Cavalcanti. A principal preocupação do governo Castello foi garantir que as eleições de 1965 e seu resultado fossem devidamente respeitados pelos militares “revolucionários”, especialmente, por parte da *Linha-dura*; eis a tônica do debate entre o Presidente e alguns coronéis da *Linha-dura* (CHAGAS, 1985, p. 86). No comentário publicado em 11 de fevereiro de 1965, *Castelinho* afirma que:

Segundo o Sr. Costa Cavalcanti, intérprete da linha prática revolucionária, as eleições não diretas não poderão ocorrer antes de 1966, pois depois de assegurada a presença de elementos revolucionários nos governos de todos os estados, inclusive dos 11 que deverão renovar-se este ano, de estar a

direção do Congresso, afinada com os objetivos da revolução e de ter sido adotada uma lei de incompatibilidades, ainda que branda, é que poderá o sistema dominante correr os riscos de um confronto eleitoral. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 158)

As advertências da *Linha-dura* foram não só levadas a sério pelo governo, como incorporadas como prática pré-eleitoral: o governo Castello Branco comandou diversos expurgos nos estados onde ocorreriam eleições, alijando muitos deputados da disputa, ao sabor das pressões *duristas*, *castellistas* e *udenistas*.

A cada momento em que se aproximavam as eleições de outubro de 1965, mais pressão provinha das bases da *Linha-dura*, insatisfeitas com as decisões do STF contra os IPM, que insistiam em funcionar depois de quase um ano e após inúmeras tentativas de encerrá-las. Para *Castelinho*, as medidas preconizadas pela *Linha-dura*, inviabilizar os candidatos que estivessem sofrendo Inquérito Militar, poderiam ser casadas à manutenção da ordem civil, que o Presidente Castello Branco tanto defendia. Sobre tal situação, *Castelinho* escreve, em 13 de maio de 1965, que:

O governo do presidente Castello Branco tentaria harmonizar, mais uma vez, a necessidade de tranquilizar as áreas revolucionárias e a de assegurar a prevalência da ordem civil, através de uma legislação adequada, que cortasse o acesso às urnas de quantos políticos estejam sob a mira de investigações militares. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 174)

A tentativa de harmonizar uma ditadura em processo a uma democracia em frangalhos foi a principal contradição do governo Castello Branco. Entretanto, o diapasão descrito por *Castelinho*, o exercício de “morde e assopra”, que caracterizou as relações da *Linha-dura*, foi uma constante, até as eleições de outubro.

Em julho de 1965, dois componentes somaram-se às pressões da *Linha-dura*: a aliança entre Carlos Lacerda e o coronel Osnelli Martinelli – visto como expressão da *Linha-dura* pelo jornalista Carlos Castello Branco – e o rompimento do governador carioca com o presidente.

Nas declarações do Sr. Carlos Lacerda apontam-se três fatos de destacada importância: seu rompimento definitivo com o presidente da República, a cobertura dada à posição do sr. Magalhães Pinto, de quem diz ter sido traído pelo governo revolucionário, e a revelação da vista do governador ao coronel Osnelli Martinelli, expressão e símbolo da “linha-dura”. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 187)

Com a aliança entre Lacerda e a *Linha-dura*, verifica-se uma cisão de alguns militares que se afirmavam *duristas*. Lacerda foi a inspiração civil aos coronéis da Guanabara, porém não frequentava o mesmo círculo do ministro da Guerra de Castello Branco, o general Costa e Silva. Desde os primeiros dias da ditadura, quando Costa e Silva e Carlos Lacerda quase

sairam no tapa (CHAGAS, 1985), os dois haviam se distanciado. No entanto, Costa e Silva também procurava se afirmar como liderança militar mais forte, ou era levado para isso devido a sua posição. Costa e Silva foi, também, membro do governo e, neste caso, era subordinado ao Presidente da República. Para *Castelinho*:

Na medida em que o Marechal tiver condições de isolar a “linha-dura” lacerdista, que predomina entre os coronéis da Guanabara, assegurando-se o apoio da maioria das Forças Armadas, que seriam atraídas pelo reforçamento das medidas de cunho revolucionário em vias de serem solicitadas ao Congresso. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 211)

Para esse objetivo, entretanto, o governo Castello necessitava da lealdade de Costa e Silva. O compromisso do presidente de invocar a liderança de seu ministro da Guerra nos quartéis, a fim de frear as influências *lacerdistas*, custara-lhe caro. Após as eleições em que Lacerda se viu derrotado, todo o dispositivo militar influenciado por ele foi acionado. Segundo *Castelinho*:

Os coronéis lacerdistas que compõem, nas forças armadas, o que se chama de “linha-dura”, são o núcleo da pressão radicalista que se exerce, neste momento sobre o governo, para impedir a posse dos eleitos. Eles assim reagiram porque o Sr. Carlos Lacerda foi derrotado na Guanabara e, com a derrota, tornou-se um candidato vulnerável dentro do sistema revolucionário. O presidente Castello Branco já não tem de considerar a hipótese de apoiá-lo como candidato. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 210)

Carlos Lacerda não conseguiu derrubar o governo, mas sim viu a sua influência sobre o núcleo da *Linha-dura* esmorecer. A corrente militar que nasceu sob o símbolo da intolerância, assim como pressionando por mais processos contra os derrotados em 1964; que se insuflava contra cada *habeas corpus* concedido pelo STF; que a cada crise elegia novos porta-vozes, cujos representantes mais conhecidos eram os coronéis associados aos intermináveis IPM, havia sido impedida de se rebelar, não, entretanto, porque lhe faltasse força, mas porque outro personagem assumiu, a partir de então, a liderança da corrente. A *Linha-dura*, que passou os quase dois anos em busca de uma liderança militar mais significativa, encontrou em Costa e Silva a referência política definitiva, por conta de um detalhe maior: era Costa e Silva quem detinha, de fato, o controle das Forças Armadas, e esse era o mais forte instrumento de pressão de que um militar poderia dispor, algo, aliás, que Carlos Lacerda tentou, mas não conseguiu. Desse modo, *Castelinho* pôs a nu o acordo que se transformaria no AI-2, compromisso assumido por Costa e Silva com os rebelados.

Algumas informações clarearam as origens militares da crise política. Em fontes adequadas, revelava-se que, na madrugada de cinco para seis de outubro, o ministro da Guerra assumiu

compromisso formal com os oficiais da Vila Militar em torno de dez pontos que o governo cobriria a seguir. Entre esses, figuraram os projetos que o presidente encaminhou ao Congresso. Se os projetos forem rejeitados, desfaz-se automaticamente o vínculo que prende, num pacto de honra, o Ministro da Guerra à oficialidade da Vila Militar, ficando o governo submetido a uma eventual manifestação da tropa. (CASTELLO BRANCO, 2007, pp. 215-6)

A partir de então, a liderança de Costa e Silva consolida-se junto aos militares da *Linha-dura* com o amparo e a ação do general Jayme Portella, seu principal assessor. Portella, em suas memórias, reafirma o compromisso que o ministro da Guerra tinha com o presidente, argumentando que a rebeldia militar praticada pela *Linha-dura* não contava com o amparo do general Costa e Silva. Em discurso na Vila Militar, Costa e Silva reafirmou toda a sua lealdade ao presidente, assim apresentada por Portella:

Mostrou que era preciso confiar nos chefes, mantendo, em torno dos mesmos, a unidade de espírito e que as cordas da revolução não se romperiam. Terminou a oração sob aplausos. Alguns oficiais mais intransigentes não ficaram satisfeitos, porque achavam que era chegada a hora da separação entre o ministro e o presidente. Mas acontecia que o ministro havia sido claro na sua oração, na fidelidade ao presidente e eles não contavam com um líder no Exército para derrubar o governo. (PORTELLA, 1979, p. 279)

No entanto, como mais tarde ficaria provado, a lealdade de Costa e Silva limitou-se até quando os seus interesses de candidato não esbarraram nas vontades de Castello Branco; assim, a caserna navegou aos ventos diante de tais pressões. Como afirma João Roberto Martins Filho,

no final de 1965, permanecia uma razoável área de incerteza quanto à capacidade do governo Castello Branco em retomar o controle da sucessão presidencial, afastando a candidatura de Costa e Silva. Como se verá, esse fator retardaria por algum tempo a abertura da rota de colisão que opôs o governo Castello a amplas áreas do bloco golpista (MARTINS FILHO, 1996, p. 68).

Considerações finais

A *Linha-dura* foi, acima de tudo, uma mobilização de oficiais em torno de *bandeiras* comuns, que, sem uma definição teórica contundente, expressavam as demandas práticas dos oficiais conspiradores: o rigor na apuração dos crimes dos políticos, a continuidade da “revolução”, o anticomunismo e a desconfiança em relação à maioria dos políticos.

No decorrer do governo Castello Branco, a *Linha-dura* encontra na figura de Costa e Silva uma referência importante para a sua ação política. Jayme Portella de Mello e Mário Andreazza trabalham a “candidatura” de Costa e Silva junto aos militares mais radicais como alternativa “revolucionária” ao governo Castello Branco.

A hipótese a ser defendida neste artigo é a de que os militares que se consideravam *linha-dura*, ou aqueles cuja práxis se espelhou nas pressões vindas dessa corrente militar, como é o caso de Jayme Portella, entendiam como basilar a necessidade de se manter a “revolução” por muitos anos e o combate, constante e sem tréguas, a qualquer natureza de mobilização política que pudesse ser percebida como “comunismo” ou “subversão”. Compartilhavam também do ideário de que os políticos haviam falhado como dirigentes da nação, e que as Forças Armadas deveriam assumir o papel de sujeito político em sua condução.

Diferentemente, a *Sorbonne* entendia que a intervenção militar era algo necessário, todavia com prazo para acabar, conforme as necessidades de se defender os interesses do capitalismo e de ser combatida a subversão. Mesmo com o objetivo de estabelecer uma nova *institucionalidade* política, a *Sorbonne* teve de tolerar a imposição militar do nome de Costa e Silva, que soube usar os sentimentos da *Linha-dura* como tensão permanente a qualquer decisão governamental que não fosse vista como fortalecimento da “revolução”.

Para além das tensões, os dois generais presidentes basearam-se em uma matriz comum, que aproximou, desta forma, os dois grupos: sob a visão *esguiana*, um projeto de desenvolvimento do Brasil, assegurando a subordinação ao capital estrangeiro monopolista; e, da parte dos *duristas*, o aprofundamento da repressão, em suma, a convergência do binômio segurança e desenvolvimento para a institucionalização da ditadura. Conforme Antonio Rago (1998), trata-se de efetivar com os “caminhos abertos pelo bonapartismo em nome de uma democracia tutelada, do desenvolvimento acelerado e a um máximo de segurança contra a subversão interna.

Em vez de uma contradição nos projetos, entendemos que houve convergência das duas correntes, principalmente no que diz respeito à implantação do AI-5.

Outra importante caracterização da *Linha-dura* analisada aqui foram as atuações díspares do conjunto de oficiais que eram identificados por *Grupo dos 11*, no bilhete de Heitor de Aquino a Ernesto Geisel. Essas diferenças revelam-nos a natureza casuística e de pouca resiliência da corrente.

Assim sendo, a práxis da *Linha-dura* está associada a mobilizações muito específicas que, a grosso modo, giram em torno de um projeto

“nacionalista”, em defesa de punições aos políticos e civis pelos antecedentes a 1964 e por mais repressão. Todavia apesar da constância dessas manifestações, elas não condiziam a uma ação *ativa* e sim, na maioria das vezes, *reativa*.

Tendo em mente tal contexto, os projetos efêmeros da *Linha-dura* eram sempre ditados em torno de uma figura militar que pudesse protagonizar em contraponto ao *Ditador de turno*. Nesse caso, o projeto individual de um general servia como contraponto ao que o governo golpista de momento deixava de realizar. Tendo em mente que a corrente da *Sorbonne* vai prevalecer durante os anos de ditadura, foi constante a tentativa de garantir uma institucionalidade a ditadura que parecesse uma “normalidade democrática”. Talvez com exceção do período Médici (1969-74) pela característica marcadamente violenta e repressiva, a pressão da *Linha dura* será também exercida ao primeiro sinal de “moderação” que pudesse surgir.

A confirmar esta ideia, para além de uma corrente que assume o poder plenamente, a *Linha-dura* caracterizou-se como um fator de pressão constante aos generais-presidentes, em perspectiva, sempre, da ascensão de um antagonista para o *Ditador de turno*: no governo Castello Branco, a *Linha-dura* encontra em Costa e Silva a figura para a vazão de um projeto “nacionalista”; no governo desse general, Syzeno Sarmiento assume o papel de tensionar em favor dos radicais; Albuquerque Lima, posteriormente, indis põe-se com a Junta Militar, em 1969; e Sylvio Frota passa a ser o fator desestabilizante do presidente Ernesto Geisel, no episódio anteriormente citado neste trabalho, que culminou na morte de Vladimir Herzog. Em comum, todos canalizaram e advogaram em torno do espectro oriundo da caserna.

Finalmente, podemos concluir, também, em vista de diversos autores, que, após o episódio entre Geisel e Frota, em 1976, a *Linha-dura* recolheu-se pouco a pouco, tendo nenhuma relevância no período que veio a ser chamado de *Distensão democrática*, após 1979. Com exceção de fatos episódicos não menos violentos, como as bombas em banca de jornal, o atentado ao Riocentro em 1981 tenha sido o canto do cisne do radicalismo militar. Podemos indagar como tais componentes cumpriram sua função de garantir, nas palavras de Geisel, *uma distensão gradual, lenta e segura*, mas de qualquer maneira, a *Linha-dura* desaparece do noticiário pelas *portas do fundo*.

Referências bibliográficas

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. *O Satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SPO, São Paulo, 1999.
- BEIGUELMAN, P. *Pingo no azeite*. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- BRANCO, C. C. *Os militares no poder* v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Os militares no poder*. O Ato 5. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. *Os militares no poder: o baile das solteironas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CAMARGO, A. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Ed. Nova Fronteira, 1981.
- CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- CHAGAS, C. *A guerra das estrelas (1964/1984)*. Os bastidores das Sucessões presidenciais. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2. Ed. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2001.
- COELHO, E. C. *Em busca de identidade*. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- D'ARÁUJO, M. Celina. CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____; _____. *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DYLON, G. A.; D'ARÁUJO, M. C. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1976.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, C. N. de. *1964: visões críticas sobre o golpe*. Campinas: Unicamp, 1997.
- FERREIRA, O. S. *As forças armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FICO, C. *Além do golpe*. São Paulo: Record, 2004.

- _____. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política*. São Paulo: Record, 2001.
- FREDERICO, C. (Org.) *A esquerda e o movimento operário (1964/1984): a crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GOENDER, J. *O combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Editora, 1987.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACIEL, D. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises política na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: UFSCAR, 1996.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 3. ed.. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MELO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Ed. Guavira, 1979
- MESZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIYAMOTO, S. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, IFCH/UFRGS, n. 1, v. 2, pp. 3-29, 1988.
- MOURÃO FILHO, O. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.
- OLIVEIRA, E. R. *As forças armadas. Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Militares, pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- RESENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de Legitimidade (1964-1984)*. Londrina: UEL, 2001.
- SILVA, H. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SKIDMORE, T. *Brasil de Castello a Tancredo: 1964 – 1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- STEPAN, A. *Os militares na política*. São Cristóvão: Artenova, 1975.
- TOLEDO, C. N. de. *1964: visões críticas sobre o golpe*. Campinas: Unicamp, 1997.
- VENTURA, Z. *1968, o ano que não terminou*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Como citar:

GUERRA, Tiago Cavalcante. Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a linha-dura (1964-9). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 364-391, nov. 2019.

Data do envio: 4 jan. 2019

Data do aceite: 8 out. 2019